

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:
Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., para os semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005.

O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 30 de junho de 2006 e 2005

	2006	2005
ATIVO		
Circulante	11.418.485	6.780.581
Disponibilidades	1.202	1.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.243.610	1.434.970
Aplicações no mercado aberto	774.751	1.010.544
Aplicações em depósitos interfinanceiros	293.627	306.335
Aplicações em moedas estrangeiras	175.232	118.091
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	940.972	1.798.935
Carteira própria	147.543	233.100
Vinculados a operações compromissadas	156.631	258.415
Instrumentos financeiros derivativos	546.912	990.896
Vinculados à prestação de garantias	89.886	316.524
Relações interfinanceiras	14.380	3.072
Pagamentos e recebimentos a liquidar	125	1.059
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	14.255	2.013
Operações de crédito	253.472	411.445
Setor privado	253.595	411.794
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(123)	(349)
Outros créditos	8.964.303	3.130.528
Carteira de câmbio	8.945.080	3.110.060
Rendas a receber	10.982	11.766
Negociação e intermediação de valores	-	21
Diversos	8.241	8.681
Outros valores e bens	546	561
Despesas antecipadas	546	561
Realizável a longo prazo	1.607.907	1.240.246
Aplicações interfinanceiras de liquidez	314.001	389.253
Aplicações em depósitos interfinanceiros	314.001	389.253
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	742.165	400.294
Carteira própria	245.314	15.834
Vinculados a operações compromissadas	243.988	5.828
Instrumentos financeiros derivativos	9.009	59.646
Vinculados à prestação de garantias	243.854	318.986
Operações de crédito	544.413	307.837
Setor privado	481.578	307.837
Setor público	62.835	-
Outros créditos	7.328	142.154
Carteira de câmbio	-	132.992
Rendas a receber	277	41
Diversos	7.051	9.121
Outros valores e bens	-	708
Despesas antecipadas	-	708
Permanente	38.721	33.559
Investimentos	24.417	21.603
Investimento em controlada no País	19.781	17.693
Outros investimentos	4.636	3.910
Imobilização de uso	8.216	7.274
Outras imobilizações de uso	17.136	14.141
Depreciações acumuladas	(8.920)	(6.867)
Diferido	6.088	4.682
Gastos de organização e expansão	18.689	14.611
Amortização acumulada	(12.601)	(9.929)
TOTAL	13.065.113	8.054.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado TVM's	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2004	190.311	1.703	22.684	1.565	321.703	537.966
Atualização de títulos patrimoniais	-	422	-	-	-	422
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(1.655)	-	(1.655)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	43.592	43.592
Destinações:						
Reserva legal	-	-	2.180	-	(2.180)	-
Saldos em 30 de junho de 2005	<u>190.311</u>	<u>2.125</u>	<u>24.864</u>	<u>(90)</u>	<u>363.115</u>	<u>580.325</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2005	190.311	2.423	28.038	(457)	371.099	591.414
Atualização de títulos patrimoniais	-	423	-	-	-	423
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(496)	-	(496)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	33.030	33.030
Destinações:						
Reserva legal	-	-	1.651	-	(1.651)	-
Saldos em 30 de junho de 2006	<u>190.311</u>	<u>2.846</u>	<u>29.689</u>	<u>(953)</u>	<u>402.478</u>	<u>624.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 30 de junho de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, inclusive câmbio e de investimento. Em 6 de março de 2006, o BACEN aprovou a criação da carteira de arrendamento mercantil deliberada pela AGE de 3 de outubro de 2005.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As Demonstrações Financeiras relativas a 30 de junho de 2005 foram reclassificadas para melhor comparação com as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2006.

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - títulos para negociação; - títulos disponíveis para venda; - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Banco não possuiu títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2006 e 2005. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap", a termo, opções e futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: - operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço; - operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço; - operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício; - operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: - instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" - Em conta de receita ou despesa, no resultado do período; - instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge" - São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" de risco de mercado são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto do "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto do "hedge", são, também, ajustados a valor de mercado na data do balanço. O Banco não possuiu "hedges" de fluxo de caixa em 30 de junho de 2006 e 2005. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota 4d. **e) Investimentos** - O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais representados por títulos da Câmara de Custódia e de Liquidação - CETIP e da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F são avaliados pelo valor patrimonial, sendo o valor das atualizações registrado diretamente no patrimônio líquido, como reservas de capital. Os incentivos e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas consideradas permanentes. **f) Ativo imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **g) Ativo diferido** - O ativo diferido é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato. **h) Depósitos e captações no mercado aberto** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **i) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 120 no semestre (R\$ 240 no ano). A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor foi calculada pela alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2006		2005	
	Valor de custo/contrato	Ajuste a mercado	Valor contábil	Valor contábil
Títulos para negociação				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	61.910	(121)	62.031	340.136
Notas do Banco Central - NBC	74.994	(148)	74.846	86.438
Notas do Tesouro Nacional - NTN	185.760	(1.565)	184.195	9.023
	<u>322.664</u>	<u>(1.592)</u>	<u>321.072</u>	<u>435.597</u>
Títulos disponíveis para venda				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	635.649	811	636.460	589.490
Notas do Banco Central - NBC	39.245	(123)	39.122	87.210
Notas do Tesouro Nacional - NTN	132.694	(2.132)	130.562	36.390
	<u>807.588</u>	<u>(1.444)</u>	<u>806.144</u>	<u>713.090</u>
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo				
Opções	246.900	(27.347)	217.553	395.178
Operações a termo	214.768	(1.451)	213.317	365.982
Operações de "swap"	119.751	3.300	123.051	289.382
	<u>581.419</u>	<u>(25.498)</u>	<u>555.921</u>	<u>1.050.542</u>
Total ativo circulante e longo prazo	<u>1.711.671</u>	<u>(28.534)</u>	<u>1.683.137</u>	<u>2.199.229</u>
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo				
Opções	460.707	(79.194)	381.513	173.068
Operações a termo	184.463	5.720	190.183	359.715
Operações de "swap"	68.010	(14.704)	53.306	177.073
	<u>713.180</u>	<u>(88.178)</u>	<u>625.002</u>	<u>709.856</u>

	(Em milhares de reais)	
	2006	2005
PASSIVO		
Circulante	11.435.999	6.365.341
Depósitos	766.326	599.757
Depósitos à vista	13.965	12.740
Depósitos interfinanceiros	25.721	15.521
Depósitos a prazo	725.765	570.661
Outros depósitos	875	835
Captações no mercado aberto	679.279	909.842
Carteira própria	386.994	264.178
Carteira de terceiros	292.285	645.664
Recursos de aceites e emissão de títulos	129.062	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	129.062	-
Relações interfinanceiras	178	408
Recebimentos e pagamentos a liquidar	178	408
Relações interdependências	21.274	6.159
Recursos em trânsito de terceiros	21.274	6.159
Obrigações por empréstimos e repasses	199.617	670.545
Empréstimos no exterior	148.605	585.431
Repasses do país	41.654	767
Repasses do exterior	9.358	84.347
Instrumentos financeiros derivativos	594.216	693.164
Instrumentos financeiros derivativos	594.216	693.164
Outras obrigações	9.046.047	3.485.466
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4	-
Carteira de câmbio	8.921.740	3.270.613
Sociais e estatutárias	12.601	10.860
Fiscais e previdenciárias	76.215	72.048
Negociação e intermediação de valores	11.945	12.945
Divida subordinada	1.129	286
Diversas	22.413	118.714
Exigível a longo prazo	<u>1.003.248</u>	<u>1.106.040</u>
Depósitos	566.532	458.835
Depósitos a prazo	566.532	458.835
Captações no mercado aberto	8.948	-
Carteira própria	8.948	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	138.933
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	138.933
Relações interdependências	3	-
Recursos em trânsito de terceiros	3	-
Obrigações por empréstimos e repasses	334.759	286.782
Empréstimos no exterior	219.631	182.320
Repasses do país	26.734	127
Repasses do exterior	88.394	104.335
Instrumentos financeiros derivativos	30.786	16.692
Instrumentos financeiros derivativos	30.786	16.692
Outras obrigações	62.220	204.798
Carteira de câmbio	-	137.225
Divida subordinada	62.220	67.573
Resultados de exercícios futuros	1.495	2.680
Resultados de exercícios futuros	1.495	2.680
Patrimônio líquido	<u>624.371</u>	<u>580.325</u>
Capital social:		
Ações ordinárias - País	190.311	190.311
Ações ordinárias - Exterior	50.000	50.000
Reservas de lucros	140.311	140.311
Reservas de capital	2.125	2.125
Reservas de lucros	29.689	24.864
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	(953)	(90)
Lucros acumulados	402.478	363.115
TOTAL	13.065.113	8.054.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	
	2006	2005
Receitas da intermediação financeira	212.964	169.839
Operações de crédito	(8.144)	(57.062)
Resultado de títulos e valores mobiliários	94.196	199.476
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	64.996	27.411
Resultado de operações de câmbio	61.722	-
Resultado de aplicações compulsórias	194	14
Despesas da intermediação financeira	<u>(135.562)</u>	<u>(84.179)</u>
Operações de captação no mercado	(159.469)	(144.852)
Operações de empréstimos e repasses	23.824	79.280
Resultado de operações de câmbio	-	(18.607)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	83	-
Resultado bruto da intermediação financeira	77.402	85.660
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(16.179)</u>	<u>(10.969)</u>
Receitas de prestação de serviços	27.150	29.485
Despesas de pessoal	(25.606)	(22.738)
Outras despesas administrativas	(23.402)	(22.575)
Despesas tributárias	(6.365)	(7.789)
Resultado de participação em controlada	8.456	6.368
Outras receitas operacionais	5.390	9.240
Outras despesas operacionais	(2.342)	(2.960)
Resultado operacional	60.683	74.691
Resultado não operacional	<u>(106)</u>	<u>(53)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	60.577	74.638
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13.185)</u>	<u>(20.186)</u>
Imposto de renda	(81)	(21.777)
Contribuição social	(915)	(7.840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.189)	9.431
Participações no lucro	<u>(14.362)</u>	<u>(10.860)</u>
Lucro líquido do semestre	<u>33.030</u>	<u>43.592</u>
Lucro líquido por ação - em R\$	<u>197,98</u>	<u>261,30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Semestres findos em 30 de junho de 2006 e 2005 (Em milhares de reais)

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS	7.861.116	1.357.735
Lucro líquido ajustado do semestre	26.941	39.814
Lucro líquido do semestre	33.030	43.592

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 30 de junho de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

9. Recursos de aceites e emissão de títulos

Representam obrigações por emissão de obrôbônus no montante de US\$ 60,000 mil com juros de 3,875% a.a. e vencimento em 27 de dezembro de 2006.

No semestre findo em 30 de junho de 2006, a marcação a mercado da carteira de "Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior", com base nos critérios de "hedge" de risco de mercado definidos pelo BACEN, tem a seguinte situação:

	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	129.857	129.062	(795)

10. Obrigações por empréstimos e repasses

São compostas, basicamente, por financiamentos à importação contratados integralmente com a matriz e financiamentos à exportação com cartas de crédito contratadas junto a empresas do Grupo BNP Paribas localizadas no Panamá, todos vencíveis até 15 de junho de 2010; operações de repasses do País - FINAME e do exterior, vencíveis até 15 de outubro de 2008.

11. Outras obrigações - dívida subordinada

Representada por recursos captados por meio de emissão de "floating rate notes" no valor de US\$ 28,759 mil (equivalente à R\$ 63.349) vencíveis até junho de 2009, sendo US\$ 21,259 mil com juros de até 0,6% a.a. acima da LIBOR de três meses e US\$ 7,500 mil com juros de até 0,25% a.a. acima da LIBOR de seis meses, para dólares norte-americanos.

12. Outras obrigações - diversas

Substancialmente compostas por provisão para perdas com fianças e avais no montante de R\$ 5.058 (R\$ 5.673 em 2005), provisão para passivos contingentes de R\$ 4.110 (R\$ 4.136 em 2005), provisão para despesas de pessoal de R\$ 5.212 (R\$ 4.674 em 2005) e operações de "Assunção de obrigações em moedas estrangeiras" contratadas com a matriz, no valor de R\$ 98.059 em 2005, indexados ao dólar norte-americano.

13. Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2006			2005		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Empréstimos	20.312	-	(885)	21.973	-	(1.379)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	79.805	-	(8.454)
Repasses do exterior	-	20.301	893	-	21.958	1.392
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	-	-	79.722	8.486

14. Patrimônio líquido

a) Capital - O capital social é representado em 2006 e 2005 por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizados.

b) Dividendos - Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a) As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente de 2006 e 2005 foram assim apuradas:

Descrição	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações (-) Participação dos empregados no lucro	60.577 (14.362)	60.577 (14.362)	74.638 (10.860)	74.638 (10.860)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	46.215	46.215	63.778	63.778
<u>Adições (exclusões)</u>				
Permanentes				
Equivalência patrimonial	(8.456)	(8.456)	(6.368)	(6.368)
Outras provisões, receitas e despesas indedutíveis	386	386	2.008	1.959
Temporárias				
Provisão para contingências, fianças e outras	(13.183)	(13.183)	9.427	9.427
Marcação a mercado (TVM's e derivativos)	28.445	28.445	18.311	18.311
Efeitos tributários sobre derivativos das Leis 11.051/04 - art. 32 e 11.196/05 - art. 110	(53.036)	(43.239)	-	-
Lucro tributável	371	10.168	87.156	87.107
Imposto de renda - 15%	56	-	13.073	-
Adicional do imposto de renda - 10%	25	-	8.704	-
Contribuição social - 9%	-	915	-	7.840
Total	81	915	21.777	7.840

b) O imposto de renda e contribuição social diferido passivo, no montante de R\$ 49.403 e R\$ 16.966 respectivamente, contabilizados na rubrica outras obrigações - fiscais e previdenciárias, estão relacionados com o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 18.263 e R\$ 6.575 oriundos da Lei 11.051 de 2004 e R\$ 31.140 e R\$ 10.391 oriundos da Lei 11.196 de 2005.

Os resultados de imposto de renda e contribuição social diferidos de 2006 e 2005 foram assim apurados:

Descrição	Saldo		Efeito no resultado
	Inicial	Final	
Créditos tributários:			
Imposto de renda (nota 7)	10.148	6.685	(3.463)
Contribuição social (nota 7)	3.653	2.407	(1.246)
	13.801	9.092	(4.709)
Efeito tributário do ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários e derivativos:			
Imposto de renda	(25.374)	(18.263)	7.111
Imposto de renda - Efeitos das Leis 11.051/04 - art. 32 e 11.196/05 - art. 110	(17.882)	(31.141)	(13.259)
Contribuição social	(9.134)	(6.575)	2.559
Contribuição social - Efeitos das Leis 11.051/04 - art. 32 e 11.196/05 - art. 110	(6.500)	(10.391)	(3.891)
	(58.890)	(66.370)	(7.480)
	(45.089)	(57.278)	(12.189)
Total 2006			
Total 2005	(37.207)	(27.776)	9.431

16. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 1.042.298 (R\$ 1.232.866 em 2005), e estão registradas em conta de compensação.

17. Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$ 17.132.891 (R\$ 12.304.475 em 2005).

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se traduzem pelas captações descritas nas notas 9, 10, 11 e 12 e pelas aplicações em depósitos interfinanceiros com a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresa do grupo BNP Paribas. Conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2006			2005		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	586.507	-	53.776	669.924	-	54.064
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	(2.578)	-	1.971	(1.252)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	129.062	6.110	-	138.933	16.841
Obrigações por empréstimos e repasses	-	465.988	23.671	-	956.433	71.147
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-
- Dívida subordinada	-	63.349	3.209	-	67.859	8.061
- Diversas - Assunção de obrigações	-	-	-	-	98.059	13.235

As aplicações em depósitos interfinanceiros foram parcialmente classificadas como objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo ajustadas a valor de mercado na data do balanço, conforme quadro abaixo:

	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	429.584	439.154	9.570

19. Patrimônio líquido exigido (Acordo de Basileia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.

João Marcelo Marcondes M. de Campos - Contador - CRC 1SP189298/O-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco BNP Paribas Brasil S.A., levantado em 30 de junho de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações

e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições da Resolução 3198/04 do Conselho Monetário Nacional e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2006 no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP-BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP-BR é um órgão estatutário e foi instituído na Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto por cinco membros, dos quais quatro Diretores Estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de dois membros especialistas, o Compliance Officer e a Responsável pela Auditoria Interna.

Cumpra ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos e das Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas das diversas áreas avaliadas. O fato da maioria dos membros exercerem também funções executivas na organização facilita o entendimento e acompanhamento de todos os aspectos relevantes.

Por não possuir função executiva, compete ao Comitê de Auditoria, após cumprir suas funções regulamentares, sugerir as alterações que entende necessárias dentro do escopo de suas atividades, ficando a critério da Diretoria Executiva o acolhimento de tais sugestões.

Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se cinco vezes durante o primeiro semestre de 2006. Em agosto de 2006, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a finalidade de examinar e validar as demonstrações financeiras relativas a 30 de junho de 2006. Dos assuntos tratados nas reuniões foram lavradas atas, devidamente numeradas e mantidas à disposição das autoridades competentes.

Sistema de Controles Internos

No decorrer do primeiro semestre, o Comitê de Auditoria reuniu-se com as diversas áreas do banco, seguindo o plano de trabalho, a fim de conhecer melhor de suas atividades, estruturas, controles e

sistemas utilizados e, principalmente, para avaliar a efetividade e a conformidade de seus controles frente às regras estabelecidas.

No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria constatou que os controles internos avaliados são eficientes, eficazes, atendem à regulamentação vigente e estão adequados às necessidades do BNPP-BR e de seus negócios.

O Comitê de Auditoria tomou ciência da Carta de Controles Internos elaborada pela Auditoria Interna (Resolução 2.554) da qual pôde-se evidenciar que algumas falhas nos controles internos foram detectadas durante o primeiro semestre de 2006, as quais foram avaliadas e resolvidas a partir das ações tempestivamente implementadas pela Diretoria Executiva.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com o responsável da área de Contabilidade para avaliação das demonstrações financeiras e concluiu que estas apresentam consistência, qualidade e clareza adequadas. A partir das considerações feitas pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria pode confirmar que as demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna que reportou, durante o primeiro semestre de 2006, o andamento, os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos. A partir dos resultados apresentados, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram identificados riscos que possam afetar o andamento das atividades do BNPP-BR.

O Comitê de Auditoria avaliou positivamente a qualidade dos trabalhos de Auditoria Interna, que através de seu representante, atestou ao Comitê atuar sempre com absoluta independência e que não há restrições impostas pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração ao pleno desempenho de suas atividades.

Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria, no cumprimento de suas obrigações regulamentares, aprovou a contratação da empresa de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte). A mudança da auditoria externa decorreu de iniciativa da Casa Matriz que decidiu pela uniformização das auditorias externas no mundo, muito embora não haja ressalvas ao trabalho desenvolvido pela empresa anterior, Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

A Deloitte, através de seus representantes legais, confirmou ter independência e liberdade para conduzir suas atividades. Atestou ainda que os sistemas de informática utilizados pelo Banco destinados à elaboração das demonstrações financeiras são confiáveis e estão estruturados de forma aceitável pela Deloitte.

No âmbito dos controles internos, a Deloitte afirmou que os controles adotados Banco estão adequados e não havia aspectos relevantes a destacar.

Reuniões com Diretoria Executiva

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Diretoria Executiva com a periodicidade estabelecida pela Resolução 3.198 e pelo Regulamento Interno. Nestas ocasiões apresentou seus comentários e recebeu os esclarecimentos necessários. Registramos o bom ambiente de trabalho e relacionamento entre o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e todas as áreas do BNPP-BR.

Conclusão

Considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada, no período, nenhuma ocorrência capaz de comprometer de forma relevante a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2006.

São Paulo, 17 de agosto de 2006.

Comitê de Auditoria